

TRADUÇÃO COMO UM PROCESSO SEMIÓTICO

Emílio Soares Ribeiro

RESUMO

O presente trabalho propõe discutir a interpretação como tradução de signos em signos, e consequentemente, como um processo semiótico. Ao percebermos algo, traduzimos o percebido em uma representação mental, chamada por Peirce de interpretante (SANTAELLA, 2005). Toda percepção ou tradução consiste, dessa forma, em uma nova interpretação. Ao lermos, por exemplo, as várias associações que as palavras provocam, de forma rápida, nos passam muitas vezes despercebidas. O pensamento humano floresce e se desenvolve através de uma série de traduções: durante uma leitura, por exemplo, traduzimos os signos verbais em signos mentais. Primeiro, cada leitor/tradutor lê o texto, e cada mente o concebe de uma forma diversa. Posteriormente tal leitor traduz o material em um outro código, a linguagem do texto traduzido. Se, por exemplo, leio o vocábulo “pedra”, esta causa em minha mente, em linguagem não-verbal, uma imagem ou signo psíquico (SANTAELLA; NÖTH, 2008), interpretante do primeiro. Assim, quanto mais intérpretes de “pedra” tivermos, mais signos psíquicos tradutores serão produzidos. Nesse processo de traduções sucessivas, tal signo mental gera, seja em uma outra língua, cultura ou sistema sócio-cultural, um outro signo. No caso do cinema, por exemplo, considero que qualquer filme é, desde o princípio, uma tradução, mesmo que não se inspire em alguma obra literária: tudo começa com a tradução de uma ideia para o roteiro, e então desse roteiro para a produção do filme.

Palavras-chave: Signo; Interpretante; Tradução; Semiótica.

ABSTRACT

The current paper discusses interpretation as translation of signs into signs, and, consequently, as a semiotic process. When we notice something, we translate it into a mental representation, called by Peirce interpretant (SANTAELLA, 2005). In this way, any perception or translation is a new interpretation. As we read, for example, the various associations the words provoke, rapidly, are hardly noticed by us. Human thought flourishes and develops through a series of translations: during reading, for instance, we translate verbal signs into mental signs. Firstly, each reader/translator reads the text, and each mind conceives it in a diverse way. After, such a reader translates the material into another code, the translated text's language. If I read the word "stone", for example, it causes in my mind, in non-verbal language, an image or psychic sign (SANTAELLA; NÖTH, 2008), which is an interpretant of the first. Thus, the more interpreters of "stone" are available, the more psychic signs, translators, will be produced. Within this process of successive translations, such a mental sign generates, in a different language, culture or sign system, another sign. In the case of cinema, for instance, I consider that any movie is, since the beginning, a translation, even if it is not inspired in a literary work: everything begins with the translation of one idea to the screenplay, and then to the movie itself.

Keywords: Sign; Interpretant; Translation; Semiotics.

Introdução

A crença, por parte de alguns pesquisadores, na possibilidade de um significado independente do sujeito e do contexto da tradução, e consequentemente na ausência de perspectiva como elemento inerente à relação entre tradutor e texto, reflete necessariamente no ato tradutório. Ao entender que o sentido é imposto pelo próprio texto, detentor de toda a significação, o professor/tradutor:

[...] não apenas escamoteia a autoridade que lhe permite estabelecer, em sua sala de aula, os significados corretos e aceitáveis, como também "ensina" a seus alunos a se ignorarem enquanto sujeitos e a ignorarem sua vinculação ao contexto e à comunidade sócio-cultural a que pertencem (ARROJO & RAJAGOPALAN, 2003, p. 89).

Proibir que um aluno, no instante em que realiza uma tradução, esqueça tudo o que o constitui enquanto sujeito, consiste em privar-lhe do acesso à leitura e à tradução. Considerar uma tradução "correta" ou "incorreta" é defender o ideal do logocentrismo, que pressupõe a origem do significar como algo inerente à palavra. Nesse erro reside uma das causas para alguns dos problemas ligados ao ensino de tradução em geral, como a falta de interesse dos alunos pela leitura e metodologias de ensino de tradução inadequadas.

O presente trabalho discute o processo tradutório, sob um ponto de vista diferente, e faz uso da semiótica de Charles Sanders Peirce para embasar discussões acerca do ato de traduzir enquanto processo semiótico. Considerando o próprio texto escrito como uma tradução de signos anteriores, o trabalho desconsidera o ideal logocêntrico, e passa a ver a tradução como signos que representam e que, ao mesmo tempo, são representados.

1. O signo semiótico

A *semiótica* ou *lógica* do matemático e filósofo americano Charles Sanders Peirce (1839 – 1914) nos fornece definições e classificações para análise de todos os tipos de linguagens e de tudo que está nelas implicado. Desde o advento da fotografia, seguido pela criação e desenvolvimento do cinema, o progresso na imprensa e a revolução eletrônica e digital em que vivemos atualmente, houve um surgimento contínuo de novas linguagens, linguagens estas que precisam ser lidas e compreendidas de uma maneira mais profunda, o que confere à semiótica grande relevância.

A teoria de Peirce, como afirma Santaella (2002, p. 05), “nos permite penetrar no próprio movimento interno das mensagens, no modo como elas são engendradas, nos procedimentos e recursos nelas utilizados”. A partir dos seus conceitos semióticos, podem-se retirar estratégias e métodos para a leitura e conseqüente análise dos processos pelos quais os signos são construídos, em músicas, publicidade, literatura, hipermídia, cinema etc.

No instante em que considera “linguagem” como “representação” e entende que para interpretar-mos o universo que nos cerca é necessário criarmos linguagens para representar, Peirce vê *representação* como um conteúdo apreendido pelos sentidos, pela memória, pela imaginação, pelo pensamento, e caracteriza a semiótica como a “Teoria Geral dos Signos” ou “Teoria Geral das Representações”.

Peirce (apud SANTAELLA, 2005, p. 39) considera o *signo* como:

Qualquer coisa de qualquer espécie, podendo estar no universo físico ou no mundo dos pensamentos, que – corporificando uma idéia de qualquer espécie (o que nos permite usar esse termo para incluir propósitos e sentimentos) ou estando conectada com algum objeto existente ou ainda se referindo a eventos futuros através de uma regra geral – leva alguma outra coisa, chamada signo interpretante, a ser determinada por uma relação correspondente com a mesma idéia, coisa existente ou lei.

Para o autor, o “signo” é um primeiro (algo que se apresenta à mente), ligando um segundo, chamado de seu “objeto” (aquilo que o signo representa), a um terceiro, chamado de seu “interpretante” (o efeito que o signo irá provocar em um possível intérprete). Dessa forma, Peirce (CP 1.339) concebe o signo como uma entidade constituída de relações triádicas entre objeto, signo e interpretante, em um processo de evolução infinita.

Santaella (1985, p. 78), complementando as ideias de Peirce (1975, p. 94), mostra que “o signo é uma coisa que representa uma outra coisa” para alguém, ou seja, cria na mente desse alguém um outro signo, que é interpretante do primeiro. Conforme Peirce (CP 2.273), representar é a apresentação de um objeto a um intérprete de um signo ou a relação entre o signo e o objeto. Desse modo, o autor concebe *representar* como “estar para”, pois entende que “algo está em certa relação com um outro que, para certos desígnios, ele é tratado por alguma mente como se fosse aquele outro”.

Tal concepção de signo explica o processo de semiose como “transformação de signos em signos, uma relação de momentos num processo seqüencial-sucessivo ininterrupto”. Peirce discute essa relação ao afirmar que:

Um signo “representa” algo para a idéia que provoca ou modifica. Ou assim é um veículo que comunica à mente algo do exterior. O “representado” é seu objeto; o comunicado, a significação; a idéia que provoca, o seu interpretante. O objeto de interpretação é uma representação que a primeira representação interpreta. Pode conceber-se que uma série sem fim de representações, cada uma delas representando a anterior, encontre um objeto absoluto como limite. A significação de uma representação é uma outra representação [...]. (apud PLAZA, 2001, p. 17).

Embora não seja seu objeto, apenas o represente, o signo não deixa de ser ao mesmo tempo uma “coisa”, pois não ocorre no vazio, mas está “enraizado num vastíssimo mundo de relações com outros signos, com tudo aquilo que amplamente chamamos de realidade” (p. 78). Para ilustrar tal ideia, Santaella mostra o seguinte exemplo:

[...] a palavra casa, a pintura de uma casa, o desenho de uma casa, a fotografia de uma casa, o esboço de uma casa, um filme de uma casa, a planta de uma casa, a maquete de uma casa, ou mesmo o seu olhar para uma casa, são todos signos do objeto casa. Não são **a própria casa, nem a idéia geral que temos de casa. Substituem-na, apenas, cada um deles de** um certo modo que depende da natureza do próprio signo. A natureza de uma fotografia não é a mesma de uma planta baixa (SANTAELLA, 1985, p. 78).

Dessa forma, o signo faz a mediação entre o objeto que ele substitui e a representação desse objeto na mente do intérprete, o que vem a ser o interpretante. Tal interpretante produz na mente interpretadora um outro signo, traduzindo, assim, o significado.

Para Peirce, o objeto de qualquer signo tem duas faces: o “objeto imediato” e o “objeto dinâmico”. O primeiro é interno ao signo e consiste, como afirma Santaella (2005, p. 45), no modo como o objeto dinâmico se apresenta no próprio signo. O segundo é externo ao signo e corresponde à realidade que, de alguma forma, realiza a atribuição do signo à sua representação, ou seja, corresponde à coisa representada tal como ela é. Santaella (2005, p. 46) cita o espelho como exemplo: a imagem refletida é o signo, aquilo que ela reflete é o objeto dinâmico, e o modo como o objeto dinâmico aparece naquele reflexo específico se constitui no objeto imediato daquele signo.

Santaella (1995, p. 55) diz que:

Aquilo que provoca o signo é chamado de “objeto” (para sermos agora mais precisos: objeto dinâmico). O signo é determinado por alguma espécie de correspondência com esse objeto. Ora, a primeira representação mental (e, portanto, já signo) dessa correspondência, ou seja, a primeira representação mental daquilo que o signo indica é denominada “objeto imediato”

Percebe-se que o significado se desloca incessantemente: o signo representa algo (o seu objeto) e também aponta para alguém em cuja mente se processará sua remessa para um outro signo, onde o seu sentido se traduz. Assim, como afirma Santaella (2005, p. 43), a ação que é própria do signo é a de ser interpretado em um outro signo, ou seja, a de determinar um *interpretante*. Para Sebeok “o interpretante seria, pois, um signo que, de alguma maneira, traduz, explica ou desenvolve um signo prévio e assim continuamente, num processo de semiose infinita” (DINIZ, 2003, p. 34).

Conforme nos diz Santaella (2005, p. 43), o interpretante não é qualquer signo, mas o efeito causado por um signo em uma mente. Assim, algo só funciona como signo se for interpretado. Caso contrário, torna-se apenas um signo virtual, que pode se atualizar como signo tão logo encontre um intérprete. Observa-se então o potencial infinito das coisas para funcionar como signo: qualquer coisa pode funcionar como signo, basta que encontre um intérprete.

Peirce distinguiu três principais níveis do interpretante: o interpretante imediato, o interpretante dinâmico e o interpretante final. Para ilustrar, Savan (apud SANTAELLA, 2005, p. 47) cita o exemplo de uma pedra provinda da civilização maia, cheia de inscrições e linhas, encontrada na Guatemala. Mesmo na falta de um intérprete (por exemplo, alguém que não possua um repertório para compreender a escrita maia), a pedra não perde o seu poder para significar. Ela significará assim que encontre um intérprete. Tal “propriedade objetiva do signo para significar”, como mostra Santaella (2005, p. 47 – 49), corresponde ao “interpretante imediato”.

Ao ser interpretada, a pedra maia do exemplo produz na mente de seus intérpretes um efeito, chamado por Peirce de “interpretante dinâmico”. Como afirma Santaella, o interpretante dinâmico de um signo sempre será múltiplo, e:

O signo não se esgota em um único interpretante. De um lado, porque um mesmo signo pode produzir diversos efeitos em uma mesma mente interpretadora [...] De outro lado, o interpretante dinâmico é sempre múltiplo porque em cada mente interpretadora o signo irá produzir um efeito relativamente distinto (SANTAELLA, 2005, p. 48).

A pedra maia, por exemplo, pode ser interpretada de diferentes maneiras. Caso o intérprete nunca tenha ouvido falar em civilização maia ou nunca tenha visto qualquer forma de escrita, a pedra maia encontrada não será interpretada como tal. Apesar disso, o signo ainda pode produzir alguns efeitos

interpretativos, efeitos estes que correspondem ao interpretante dinâmico. Em certo intérprete, a pedra pode produzir apenas qualidades de sentimento (encantamento com as formas, cores etc), o “interpretante emocional”. Em outro intérprete, a mesma pedra pode produzir curiosidade acerca de sua origem, instigando-o a compreender as formas, o que corresponde ao “interpretante energético”. Por último, uma determinada conclusão a respeito da pedra, tomada por meio de raciocínio lógico por parte do intérprete, corresponde ao que Peirce chamou de “interpretante lógico”.

“O interpretante final [...] é o efeito que o signo produziria em qualquer mente, se fosse possível o signo produzir todos os interpretantes dinâmicos” (SANTAELLA, 2005, p. 49). Como ratifica a autora, cada intérprete é capaz de produzir apenas interpretantes dinâmicos singulares, falíveis e provisórios, o que impede que se esgotem todas as possibilidades interpretativas de um signo, o seu interpretante final.

2. A interpretação como tradução de signos em signos

Ao realizarmos qualquer atividade (assistir a um filme, por exemplo), os elementos a que somos expostos (os sons, as cores, o enquadramento etc, no caso do cinema) evocam em nossa mente diversas associações, dificilmente distinguidas por nós. No instante em que esses “objetos semióticos” encontram um intérprete, eles já se constituem como signos. Tal processo traduz esses signos observados em representações mentais, também signos, que diferem de pessoa para pessoa.

Cada signo observado, assim, provoca primeiramente um signo psíquico (interpretante) na mente do intérprete/tradutor, que o traduz para outro sistema (o verbal, o sonoro, o visual etc). É dessa maneira, por meio de várias traduções, que o pensamento humano se desenvolve.

A essência de qualquer linguagem é a ação sígnica. Com o pensamento não é diferente, ele apenas existe por mediação de signos. “Pensamos em signos e com signos” (PLAZA, 2001, p. 18). Vê-se que um signo não se constitui como tal, até que seja traduzido em outro, seu interpretante, que, por si, já é outra representação.

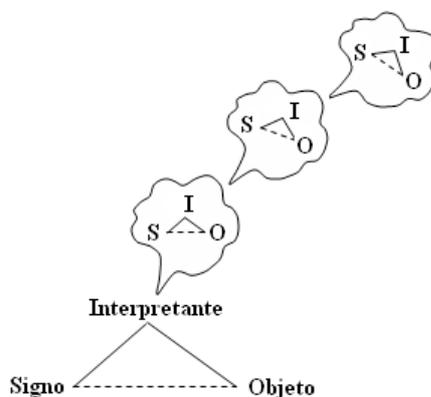
Ao se constituir como uma transmutação de signos em signos diferentes, o pensamento é fundamentalmente tradução, visto que, ao pensarmos, traduzimos o que está em nossa consciência em outras representações. Dessa forma, todo pensamento é, na verdade, uma tradução de outro pensamento para o qual ele é interpretante.

Enquanto para Saussure, “[...] o signo só existe em um sistema determinado e em relação com os outros, afirmando sua diferença que é fundamentalmente significativa”, para Peirce, “[...] a distinção dos signos constitui o princípio ou a máxima do pragmatismo, só que, na sua concepção, a diferença não é entendida em códigos preestabelecidos, mas em movimentos constantes de deslocamentos e de transformação” (SOUZA, 2006, p. 158).

Em outras palavras, um *signo* se define como sendo uma representação de algo, um instrumento

que comunica algo do exterior, neste caso, essencial no processo comunicativo. Para ilustrar a dinâmica de reprodução de significados dos signos, Pignatari (1987, p. 42) faz uso do diagrama triangular de Ogden e Richards (ver figura 1):

Figura 1 - O diagrama triangular de Ogden e Richards



Como mostra o diagrama, observamos que todo processo sóico opera através de relações triádicas entre signo, objeto e interpretante, e, como afirma Pignatari (1987, p. 44), que o significado é um processo signifiante que se desenvolve por meio dessas traduções.

O *representamen* (signo primeiro) não remete diretamente ao objeto por ele representado (signo segundo). Para representá-lo, ele precisa da mediação do signo do pensamento, o interpretante (signo terceiro). O signo só representa um objeto através de um interpretante, que pode também se tornar um outro *representamen* que convoca outro interpretante que o levará a outro objeto e assim por diante. “Aí está o princípio da semiose ilimitada que se torna possível pelo fluxo temporal dos interpretantes. É o processo da *interpretância* que nos permite captar um processo de significação como um todo” (SOUZA, 2006, p. 161).

O conceito de *interpretante* vem a ser uma noção muito útil aos estudos de tradução, no momento em que tradução, como atividade semiótica, implica sempre um interpretante, e a relação entre signos e um objeto, construída dentro de um leque de possibilidades. Podemos dizer que o interpretante resulta do ponto de vista sob o qual o objeto é tratado.

Alguns estudiosos, como Pinto (1987) e Vieira (1996), vêm trabalhando com a ideia de que traduzir é criar signos interpretantes. Para Peirce, o conceito de interpretante é o efeito que o signo produz no intérprete, a capacidade do signo em sugerir, significar, mas que já está inscrita no próprio signo. Assim, embora o signo se constitua como algo variável, que se modifica de acordo com o olhar do observador, ele também possui uma autonomia relativa em relação ao seu intérprete. Este somente atualiza alguns níveis de um poder inerente ao signo.

Ora, como já discutido, percebemos que o signo é o único elo entre o mundo interior e exterior. “Se no nível do pensamento “interior” a cadeia semiótica já se constitui como processo de tradução e,

portanto, dialógico, o que dizer daquela que se instaura no intercâmbio entre emissor e receptor como entidades diferenciadas?”. (PLAZA, 2001, p. 18 – 19). Neste caso, o pensamento, que já se constitui como signo, é traduzido em uma expressão concreta de linguagem, o que promove a comunicação.

As imagens que nos rodeiam, por exemplo, são signos que compomos a partir de nossos pensamentos e seus respectivos signos psíquicos, e são, ao mesmo tempo, signos geradores de novas interpretações, diversas daquelas que os geraram. Essas várias imagens admitem uma leitura limitada apenas pelas nossas aptidões.

Tal discussão nos remete a Manguel (2001, p. 24) e à sua lembrança da época em que era adolescente. Durante uma aula com *slides* sobre a pré-história, o professor pediu aos alunos que imaginassem a seguinte história. Por toda a sua vida, um homem contempla e considera o pôr do sol o fim cíclico de um deus. Um dia, pela primeira vez, o homem vê o sol mergulhar em um “lago de chamas”. Por consequência (e sem explicar o motivo), ele enfia as mãos em lama vermelha e leva a palma das mãos à parede de sua caverna. Tempos depois, vendo as marcas da palma das mãos em vermelho, um outro homem se sente amedrontado, comovido ou talvez curioso e, como efeito (e sem explicar o motivo), inicia uma história. Em algum momento de seu enredo, tal história inclui elementos como o pôr-do-sol contemplado, o deus que morre diariamente e o sangue desse deus derramado no céu.

Observa-se, no exemplo de Manguel, que a imagem (pôr-do-sol avermelhado) gera uma história (deus morrendo tragicamente), que conseqüentemente gera uma outra imagem (marca vermelha na caverna), que, por sua vez, produz uma nova narrativa.

Ao existirmos, nossa consciência reage ao mundo, isto é, as experiências e os fenômenos, sejam internos ou externos, nos são apresentados e temos que a eles responder naturalmente, traduzi-los inevitavelmente. Conforme Plaza (2001, p. 18), ao pensarmos, “[...] traduzimos aquilo que temos presente à consciência, sejam imagens, sentimentos ou concepções [...] em outras representações que também servem como signos. Todo pensamento é tradução de outro pensamento, pois qualquer pensamento requer ter havido outro pensamento para o qual ele funciona como interpretante” (PLAZA, 2001, p. 18).

O próprio Manguel confirma essa visão, dizendo que “Construímos nossas narrativas por meio de ecos de outras narrativas, por meio de ilusão do auto-reflexo, por meio do conhecimento técnico e histórico, por meio da fofoca, dos devaneios, dos preconceitos [...]” (MANGUEL, 2001, p. 28). No campo da literatura, por exemplo, tais atividades coincidem com o que Lefevere (1999) chamou de “refrações”, isto é, as diversas maneiras como uma obra literária é reescrita fora de seu sistema, de forma a assumir um novo lugar em seu novo sistema. A crítica, a historiografia, o ensino, a antologia e a tradução são exemplos de refrações, que representam o original para aquelas pessoas que não tiveram acesso à literatura como foi escrita primeiramente.

Dessa forma, “autores e seus trabalhos são sempre entendidos e concebidos [...] ou [...] refratados através de um determinado espectro, da mesma maneira que a obra em si pode refratar trabalhos anteriores através de um certo espectro” (LEFEVERE, p. 1999, p. 234).

Assim como as refrações concebidas por Lefevre, toda e qualquer espécie de interpretação é por nós entendida como uma forma de traduzir ou modificar, inevitavelmente, aqueles signos a que somos expostos no dia-a-dia, tendo em vista as alterações exigidas pela mudança de língua ou de sistema semiótico, o conhecimento de mundo do intérprete e seu envolvimento com o processo, a época em que se traduz, entre outros fatores.

Dentre as interessantes e originais reflexões que o conceito de “tradução” com base em Peirce traz, poderíamos citar a influência de diversos fatores, como por exemplo, o tempo.

O tempo é um fator relevante na noção de Peirce sobre o interpretante. “O original está determinado por um tempo e espaço e pelas condições de produção que nele estão inscritas”. O signo indica para algo que está fora dele, pois “qualquer signo está marcado pelas condições de sua temporalidade, isto é, de sua produção” (PLAZA, 2001, p. 36). Assim, interpretar/traduzir algo requer compreender e interpretar as condições de produção.

Diante dessas ponderações, Souza (2006, p. 158) nos diz que “O signo não tem um lugar fixo e estável em uma estrutura. Assim, em lugar de projetarmos uma lógica *espacial* de controle de um dado território onde os signos são encontrados bem alojados, passamos a perceber um fluxo *temporal* onde se inscreve o processo de aprendizagem de novos saberes”.

Ao se completar o processo de semiose, temos, em outra condição temporal, a criação de um novo signo, que, na ausência do seu objeto, o substitui e representa. E “[...] toda operação de substituição é, por natureza, uma operação de tradução – um signo se traduz em outro – condição, aliás, inalienável de toda interpretação: o sentido de um signo só pode se dar em outro signo” (PLAZA, 2001, p. 27).

Para Benjamim (2001, p. 195), mesmo sob outras condições temporais, a tradução conserva uma proximidade com o texto o qual deve sua existência, porém acrescenta afirmando que é exatamente nessa tradução que “a vida do original alcança, de maneira constantemente renovada, seu mais tardio e vasto desdobramento”.

Assim, “[...] o signo não pode ser ‘fiel’ ou ‘infel’ ao objeto, pois como substituto só pode apontar para ele” (PLAZA, 2001, p. 33). Por esse motivo, concebemos a tradução como um sinônimo de criação e concordamos com Santana (2005, p. 30), ao afirmar que “[...] a sintaxe da obra-alvo varia, ou está relacionada à própria forma dos signos do sistema alvo. Ao se constituir como uma nova sintaxe, a tradução não almeja uma simples cópia de realidades pré-existentes, mas visa à criação de novos conteúdos”.

Concluimos, dessa forma, que uma tradução nunca pode ser considerada “acabada”. Do contrário, ela está sempre suscetível a novas traduções, visto que o signo é múltiplo, varia e modifica-se de acordo com o olhar do observador, que atualiza níveis de um poder que já está no signo.

Na verdade, conforme nos fala Santaella (2005, p. 49)

O interpretante final está sempre em progresso, num processo evolutivo infinito, pois cada um de

nós, intérpretes particulares, apenas capazes de produzir interpretantes dinâmicos singulares, falíveis e provisórios, não estamos nunca em condições de dizer que um interpretante já tenha esgotado todas as possibilidades interpretativas de um signo, constituindo-se no seu interpretante final.

E é exatamente por essa nossa incapacidade em atualizar todos os níveis de um signo, que cada intérprete sempre os traduz de forma singular: o objeto de percepção é sempre traduzido em um julgamento de percepção único, visto que a ação própria de qualquer signo é a de crescer e se desenvolver em outro signo (tradutor), diferente daquele que o originou (traduzido). O ato tradutório é considerado um processo criativo, que determina escolhas em um sistema sígnico diverso do sistema traduzido e gera, conseqüentemente, a descoberta de novas realidades.

Considerações finais

Ao termos contanto com determinado signo do mundo ao nosso redor, geramos, em nossa mente, ideias, consideradas por Peirce, fenômenos ou *faneron*. O signo é a única realidade capaz de transpor a fronteira do mundo interior (eu) para o mundo exterior (outro).

O signo não consiste no objeto, apenas o representa, e essa representação só ocorre no instante em que o signo encontra um intérprete, em cuja mente ele irá se desenvolver. Assim, conforme afirma Souza (2006, p. 158), “O signo imaginado por Peirce está em movimento constante”, isto é, enquanto “[...] na tradição saussureana, o signo é uma unidade fixada em diversas relações, principalmente na da diferença, em Peirce, o signo pertence a uma série de códigos que estão sempre se transformando”.

Assim, todo signo difere da coisa representada, já que não há identidade entre ambos. O signo se traduz, incessantemente e evolutivamente, em outro signo, necessariamente diferente do primeiro, como nos aponta Plaza (2001, p. 20).

Podemos citar, como exemplo, os signos cinematográficos de uma adaptação. Eles têm como referente os signos literários, já que o produtor do filme utiliza os signos literários como objeto a ser traduzido. Entretanto, ao contrário do que muitos teóricos pensam, isso não reflete uma superioridade da literatura em relação ao cinema. Em vez de fazer uma mera representação do signo verbal, o diretor e sua equipe criam uma realidade cinematográfica, fazendo uso dos signos próprios do novo sistema tradutor. Ao ter contato com um determinado filme, o intérprete atualizará as inúmeras possibilidades interpretativas do signo cinematográfico, dando significado à obra.

Ao se interpretar determinado signo, considerando a intuição²⁴ da interpretação, não se dá conta da complexidade das relações que estão implicadas nesse ato. Do contrário, como afirma Santaella (2002,

²⁴ A diferença entre uma interpretação analítica e uma interpretação intuitiva (apesar de a primeira não excluir a segunda) está na utilização que a análise faz das ferramentas conceituais que permitem examinar como e por que a sugestão, a referência e a significação são produzidas. (SANTAELLA, 2002, p. 39).

p. 37), ao se analisar determinado signo, é necessário que tornemos tais relações explícitas, analisando os interpretantes com base nos aspectos envolvidos no fundamento do signo, bem como nos aspectos envolvidos nas relações do signo com o objeto que ele representa. Ainda, segundo a autora, devem-se evitar estereótipos; evitar impor sobre o signo uma interpretação já pronta, extraída de um repertório prévio, sem levar em conta o fundamento e os objetos do signo.

Ao analisarmos um signo, estamos, na verdade, examinando o interpretante imediato e levantando, a partir do exame da natureza do signo (sua relação com o objeto, seu potencial sugestivo, seus aspectos icônicos, indiciais, simbólicos), as possibilidades que ele apresenta. Ao levantarmos tais possibilidades, estamos entrando no domínio do interpretante dinâmico.

Dessa maneira, como mostra Santaella (2002, p. 39), em todo ato de análise semiótica, sempre ocupamos a posição lógica do interpretante dinâmico, pois analisar também significa interpretar. Assim, podemos dizer que uma semiose só pode ser estudada a partir do ponto de vista do analista. Porém, apesar de o signo ser múltiplo, variável e modificar-se de acordo com o olhar do observador, ele tem uma autonomia relativa em relação ao seu interpretante, isto é, o poder evocativo, indicativo e significativo do signo não depende inteiramente do intérprete. O intérprete apenas atualiza níveis de um poder que já está presente no signo.

De fato, interpretar ou analisar semioticamente significa empreender um diálogo de signos, no qual nós mesmos somos signos que respondem a signos. Não há nenhum critério apriorístico que defina exatamente como uma certa semiose funciona, já que tal funcionamento depende do contexto de sua atualização e do aspecto pelo qual ela é observada e analisada.

Referências

ARROJO, R.; RAJAGOPALAN, K. O ensino da leitura e a escamoteação da ideologia. In: ARROJO, R. (Org.). **O Signo Desconstruído**. 2ª Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003.

BENJAMIM, W. A tarefa do tradutor. In: HEIDERMAN, W. (Org.). **Clássicos da teoria da tradução**. Florianópolis: UFSC, 2001.

DINIZ, T. F. N. **Literatura e cinema**: da semiótica à tradução cultural. 2ª ed. Ouro Preto: Gráfica Editora O lutador, 2003.

LEFEVERE, A. Mother's Courage's Cucumbers. Text, system and refraction in a theory of literature. In: VENUTI, L. (Ed.). **The translation studies reader**. Routledge, 1999.

MANGUEL, A. **Lendo imagens**: uma história de amor e ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PEIRCE, C. S. **The Collected Papers**. In: HARTSHORNE, C. & WEISS, P. (ed.), v.1-6; BURKS, A. W (ed.), v. 7-8. Cambridge: Harvard University Press, 1958. (Citado como CP).

PEIRCE, C. S. **Semiótica e filosofia**. 2ª ed. Trad. Octanny Silveira de Motta e Leônidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1975.

PIGNATARI, D. **Semiótica e literatura**. São Paulo: Cultrix, 1987.

PINTO, J. C. M. A questão do sujeito da semiose: Peirce e Lacan. **Ensaio de semiótica**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 1987.

PLAZA, J. **Tradução intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

SANTAELLA, L. **O que é Semiótica**. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SANTAELLA, L. **Semiótica Aplicada**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SANTAELLA, L. **Matrizes da linguagem e pensamento**: sonora, visual, verbal. São Paulo: Iluminuras, 2005.

SANTAELLA, L.; NÖTH, W. **Imagem**: cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras, 2008.

SANTANA, S. R. L. de. **Olhares sobre a adaptação cinematográfica de O jogo de Ripley em O amigo americano**. 2005. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SOUZA, L. S. de. **Introdução às teorias semióticas**. Petrópolis, RJ; Salvador, BA: Editora Vozes, 2006.

VIEIRA, E. R. P. (Org.). **Teorizando e contextualizando a tradução**. Curso de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos da FALE/UFMG, 1996.